



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

VETO A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2019 AO PROJETO DE LEI Nº 021/2019.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Publicado em 26/07/19

Retirado em 1/1/19

Lúcia Atherton Pereira

Matrícula 00408-1

Comunico a Vossa Senhoria que, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **decidi vetar integralmente a Emenda Modificativa nº 001/2019** que “altera o texto do art. 41 do Projeto de Lei nº 021/2019.”

O texto proposto pela Edilidade prevê a necessidade de lei autorizativa para que o Município possa firmar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração pública direta ou indireta.

Uma matéria congênere está sendo discutida nos autos eletrônicos nº 0351587-24.2018.8.13.0000 que tramita perante o TJMG no qual a Câmara ainda não se manifestou apesar de já ter sido intimada para tal.

Nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição do Estado de Minas Gerais, a autonomia do município se configura no exercício de competência privativa para organizar e prestar serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial.

Com o advento da Lei Federal n.º 11.079/2004, o legislador pátrio criou novas formas de transferir a prestação dos serviços públicos a particulares, sendo que em nenhum momento o legislador exigiu a necessidade de autorização legislativa para tal. Denota-se, portanto, que a autorização legislativa é uma exceção à regra da Separação de Poderes, sendo um imperativo de sua ocorrência a expressa previsão legal, sendo vedada qualquer interpretação extensiva.

Ministro Gilmar Mendes, em decisão monocrática no Agravo de Instrumento n.º 755.058/Minas Gerais, destacou que “...**ADIN – ARTIGO 179, da Lei Orgânica do Município de Ubá, que condiciona a**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

concessão ou permissão de serviço público à prévia autorização do Legislativo – Violação ao princípio da separação, independência e harmonia dos poderes – CF, art. 173 – Inconstitucionalidade parcial declarada, relativa à expressão ‘com autorização da Câmara Municipal...’

O próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 462/BA, quando reconheceu, por unanimidade, a inconstitucionalidade de dispositivo da Constituição baiana que previa a necessidade de autorização da Assembleia Legislativa para concessão e permissões de serviço público.

Assim podemos notar que as decisões do nosso Egrégio Tribunal Excelso já vem entendendo que não há necessidade de autorização legislativa para a que um Município possa conceder ou permitir serviços públicos e, nesta mesma seara, firmar qualquer tipo de convênio ou mesmo termos de cooperação técnica e/ou financeira.

Há, no nosso entendimento, uma clara mácula ao Princípio da Separação dos Poderes se manter o texto como previsto nessa Emenda Modificativa.

Por fim, na ADI 342 PR fixou que:

DIREITO CONSTITUCIONAL. CONVÊNIOS: AUTORIZAÇÃO OU RATIFICAÇÃO POR ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO XXI DO ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, QUE DIZ: "Compete, privativamente, à Assembléia legislativa: XXI - autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração".



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a regra que subordina a celebração de acordos ou convênios firmados por órgãos do Poder Executivo à autorização prévia ou ratificação da Assembléia Legislativa, fere o princípio da independência e harmonia dos poderes (art. 2º, da C.F.). Precedentes.

2. Ação Direta julgada procedente para a declaração de inconstitucionalidade do inciso XXI do art. 54 da Constituição do Estado do Parana.

Resta claro, ao nosso ver, que realmente, haveria mácula aos Princípios da Independência e da Harmonia dos poderes, caso o Executivo deixasse de vetar a presente Ementa Modificativa.

Estas, senhor Presidente, senhores Vereadores são as razões que me levaram a vetar a Emenda Modificativa nº 001/2019, cujo veto submeto à apreciação dos senhores, contando que, pelos motivos e fundamentos jurídicos possam entender as razões legais que justificam tal medida, acreditando num posicionamento da procuradoria jurídica desta Casa, bem como, desde já, na compreensão de todos.

Nanuque/MG, 26 de julho de 2019.


Roberto de Jesus
Prefeito Municipal